

Declaração da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE) sobre o programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Brasil tem realizado, nos últimos anos, grandes avanços na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e na realização do direito humano à alimentação, com a superação da situação de pobreza e miséria de milhões de famílias e o fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido fundamental para a concretização destes avanços. Graças ao seu sucesso no Brasil, o PAA é reconhecido, sem questionamentos, a nível nacional e, internacionalmente é referência para diversos programas similares em outros países, da América Latina e da África. No Brasil, atualmente o programa adquire alimentos de cerca de 180 mil agricultores familiares, beneficiando 22.369 entidades receptoras dos alimentos, com a distribuição de 529 mil toneladas de alimentos por ano. O PAA já beneficiou ao longo dos seus 10 anos 2.352 municípios em todos os estados do Brasil. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através da Diretoria de Política Agrícola e Informações, dirigida com ética e segurança por Silvío Porto, tem cumprido papel determinante na efetivação do programa.

O PAA, deste modo, numa perspectiva estruturante, tem mudado significativamente pra melhor a vida de milhares de pessoas, tanto as que vendem seus produtos, quanto aquelas que recebem e utilizam os alimentos.

O PAA é implementado há 10 anos, ao longo dos quais foram criados e aprimorados mecanismos de gestão e controle social do programa. Sua execução é acompanhada por centenas de conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, assistência social e desenvolvimento rural. A nível mais amplo o PAA tem contado com espaços de gestão e acompanhamento tais como o Grupo Gestor, Comitê Consultivo e o Conselho Nacional de segurança Alimentar e Nutricional. Ao lado disso, tem-se buscado um constante aperfeiçoamento do processo, orientando o programa para transparência e adequação de seus procedimentos à realidade da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.

O PAA é responsável, fundamentalmente, por mudanças radicais, realizadas na vida de milhares de agricultores e agricultoras que, tendo possibilidade de vender seus produtos sem acessar os atravessadores, aquecendo a economia local e fortalecendo os sistemas locais de produção familiar e distribuição melhoraram de vida e criaram reais condições de progresso. O PAA é igualmente responsável pela mudança de vida de centenas de milhares de pessoas que viviam na incerteza da insegurança alimentar, por não saberem o que comer no outro dia, e passaram a ter a segurança alimentar direito de todas as pessoas.

Recentemente a Polícia Federal deflagrou a operação denominada de “agrofantasma”, que investiga supostas irregularidades e desvios de recursos no programa. Tal operação chamou a atenção pelo aparato policial utilizado e pelo uso desproporcional de expedientes coercitivos. A operação policial a que nos referimos resultou na detenção de 10 agricultores e de um funcionário da Conab no Paraná, Valmor Bordin, bem como na convocação para depor na Polícia Federal do Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab Silvío Porto.

Um programa do porte do PAA, que chega aos mais recônditos espaços do território nacional, como obra da ação humana que é, pode ter falhas. Não se pode, no entanto, concluir daí que estas falhas configuram má fé na gestão dos recursos públicos e nem confundi-lo com supostas e não comprovadas irregularidades na sua execução, desqualificando-o e com prometendo sua continuidade.

Diante das reflexões e fatos acima enunciados a CPCE (Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais):

- Defende, renhidamente a continuidade, ampliação e universalização do PAA, como instrumento fundamental e essencial para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional das pessoas em nosso país, especialmente as mais pobres.
- Repudia os procedimentos recentemente utilizados pela Polícia Federal e a forma como a ação policial foi realizada, expondo publicamente as pessoas antes de se chegar a conclusões sobre os possíveis delitos, efetivando detenções de agricultores e funcionários da Conab e Conselheiros de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná, que vinham colaborando com as investigações.
- Repudia as tentativas de “linchamento” político dos servidores públicos da Conab e de lideranças de organizações beneficiárias.
- Repudia igualmente a forma distorcida e pouco clara com que as informações sobre a operação foram divulgadas por grande parte dos meios de comunicação. Vale destacar que, embora o processo devesse estar correndo em sigilo, alguns meios de comunicação contavam com informações privilegiadas no dia da realização da operação policial.
- Demanda a efetivação do amplo direito à defesa das pessoas que se encontram detidas e indiciadas
- Repudia as tentativas de “linchamento” político dos servidores públicos da Conab e de lideranças de organizações beneficiárias.
- Defende também a apuração de toda e qualquer irregularidade.

A CPCE reafirma a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos e defende sua continuidade e ampliação. Reafirma a importância da Conab como órgão executor do PAA e o nosso reconhecimento e confiança no seu Diretor de Política Agrícola e Informações, Silvio Porto gestor público reconhecido pela sua ética e retidão no exercício da função pública e dotado de uma história de vida pública que lhe confere idoneidade e capacidade técnica e gerencial para a implementação e gestão do PAA. Finalmente recomenda a CPCE que este debate seja retomado em todos os Conselhos de SAN nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de sorte que se viabilize um esclarecimento sobre os fatos e fenômenos a que aqui nos referimos.

(A CPCE é formada pelos presidentes de CONSEAS Estaduais e Distrital, atua como espaço de articulação das ações dos CONSEAS Estaduais e das políticas de SAN nos Estados).